



**CONSELHO DE ENSINO PARA GRADUADOS  
ATA DA REUNIÃO DO DIA DEZ DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E  
DEZESSETE**

1 Aos dez dias do mês de fevereiro de dois mil e dezessete, às dez horas e cinco minutos,  
2 o Conselho de Ensino para Graduados reuniu-se em Sessão Ordinária, na sala do  
3 Conselho Universitário, sob a presidência da Professora Leila Rodrigues da Silva.  
4 Estavam presentes à sessão a Superintendente Acadêmica de Pós-Graduação da PR-2,  
5 Professora Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva, a Superintendente Administrativa da  
6 PR-2, Marília Moraes Lopes, os Conselheiros Docentes, representantes dos Centros  
7 Universitários, Gregório Malajovich Munoz (CCMN), Marcelo Byrro Ribeiro (CCMN),  
8 Aloysio Moraes Rego Fagerlande (CLA), Fabio Neves Perácio de Freitas (CCJE), Marcelo  
9 Álvaro de Macedo (CCJE), Orlando Alves dos Santos Jr. (CCJE), Heitor Siffert Pereira de  
10 Souza (CCS), Ricardo Augusto de Melo Reis (CCS), Emerson Oliveira da Silva (CT), José  
11 Luis Lopes da Silveira (CT), Maria Alice Zarur Coelho (CT), os Conselheiros Docente  
12 representantes do Fórum de Ciência e Cultura, Eliane Guedes e Lygia Dolores  
13 Fernandes, e os representante Discentes Luís Berner e Mariáh Martins. Registrou-se a  
14 ausência justificada dos Conselheiros: Antônio Carlos de Souza Lima (FCC), Doris Clara  
15 Kosminsky (CLA), Edison Luis Santana Carvalho (Macaé), Josefino Cabral Melo Lima  
16 (CCMN), Marcello Luiz R. de Campos (CT), Mônica Pereira dos Santos (CFCH) e Rachel  
17 Coutinho M. da Silva (CLA). A Pró-Reitora e Presidente do CEPG, Professora Leila  
18 Rodrigues da Silva, deu início à Sessão pela apreciação da ata do dia 16 de dezembro  
19 de 2016. Colocada em votação, a referida ata foi aprovada por unanimidade. Passou-se  
20 ao **Expediente. 1)** A Professora Leila informou que na Sessão Ordinária do dia 10 de  
21 março será apresentado um breve relatório da gestão de 2016 e uma proposta de  
22 pauta temática para o ano de 2017. Acrescentou que os Conselheiros poderão  
23 encaminhar propostas de temas. **2)**A presidente comunicou que a PR-2 agora tem um  
24 *Facebook*. Solicitou que todos divulguem, façam observações e enviem notícias, no  
25 intuito de contribuir para a circulação de informações. Também destacou que a PR-2  
26 reformulou a sua *homepage* e que há uma equipetralhando na alimentação do  
27 Facebook e do site da PR-2. **3)** O terceiro informe tratou do horário de atendimento da  
28 PR-2. De acordo com a Presidente, por conta da acomodação da Pró-Reitoria no Parque  
29 Tecnológico, foi instituído um horário de atendimento ao público, a saber: segundas,  
30 quartas e sextas-feiras das 10h30 às 15h00. **4)** A Professora Leila anunciou que foi  
31 criado na PR-2 um grupo de trabalho para fazer revisão das resoluções. Acrescentou  
32 que a identificação de qualquer problema em resoluções antigas deve ser encaminhada  
33 para a servidora Suelen Fonteles e para a Professora Andreia Frazão.**5)** A Professora  
34 Leila também registrou a criação de outro grupo de trabalho na PR2, com ênfase na  
35 avaliação dos cursos/*ato sensu*.**6)** O sexto informe da presidência tratou do

36 encerramento, em 10 de fevereiro, do prazo para reenvio, por meio da Plataforma  
37 Sucupira, dos relatórios dos anos 2013, 2014 e 2015, que é opcional. Acrescentou que  
38 73 programas reenviaram 2013; 83, 2014 e 84, 2015. Destacou que a expectativa é que  
39 ao longo do dia os referidos números cresçam. **7)** A Professora Leila comunicou que  
40 duas professoras da UFRJ foram agraciadas com o Prêmio *Faz a Diferença*, patrocinado  
41 pelo jornal O Globo em parceria com a FIRJAN. A Presidente informou que as  
42 professoras premiadas foram Katia Bloch, do Departamento de Medicina Preventiva da  
43 Faculdade de Medicina e Diretora Adjunta de Pós-Graduação do IESC, na categoria  
44 "Sociedade, Ciência e Saúde"; e Tânia Andrade Lima, do Departamento de Antropologia  
45 do Museu Nacional, vencedora na categoria "Rio". **8)** A Presidente ressaltou que no  
46 final do ano passado, no último momento, a Câmara de Corpo Docente e Pesquisa  
47 mostrou-se bastante preocupada com o conjunto de processos referentes à progressão  
48 sem titulação que precisava ser analisado, mas que dependia do parecer do Procurador.  
49 Esclareceu que no final do dia 16 de dezembro o parecer foi emitido. Tal parecer será  
50 encaminhado à Câmara. **9)** Com relação ao PDSE, a pedido da Presidente, a Professora  
51 Andreia Frazão destacou que não só houve uma mudança geral no referido programa,  
52 como o mesmo sofreu ajustes no decorrer do processo de seleção e homologação das  
53 candidaturas. Foram aplicados os critérios definidos pelo CEPG para o remanejamento  
54 de parcelas não utilizadas pelos Programas de Pós-graduação e solicitadas à CAPES  
55 parcelas adicionais. Apesar das dificuldades encontradas, o balanço final foi muito  
56 positivo; foram distribuídas 1092 parcelas para 209 doutorandos da UFRJ. Acrescentou  
57 que no início de janeiro chegou um informe da CAPES comunicando que, apesar de  
58 anunciado no edital que as bolsas teriam início em março, como a demanda foi muito  
59 maior do que o previsto, foi decidido adiar o início do programa para abril. Destacou  
60 que a Associação Nacional de Pós-Graduandos se envolveu na questão e fez um pedido  
61 para que as pró-reitorias se posicionassem em relação a este adiamento. Acrescentou  
62 que, neste sentido, foi enviado um ofício a CAPES, ressaltando que a mudança do  
63 cronograma poderia afetar as pesquisas e a redação das teses, porém, até o momento  
64 não houve resposta. **10)** A presidência tratou do portal dos periódicos. De acordo com a  
65 Professora Leila, algumas revistas da UFRJ não figuram no referido portal. Explicou que  
66 o objetivo é ampliar o portal com a incorporação de novas revistas. Ressaltou que já foi  
67 feita uma reunião e que há um estudo sobre o tema em curso, que está sendo  
68 acompanhado pela servidora Suelen. Solicitou aos conselheiros que anunciassem este  
69 esforço aos editores de revistas de seus Centros. **11)** A Professora Leila informou  
70 que, face à necessidade de termos um material de fácil acesso e que reunisse as  
71 informações básicas da pós-graduação, a PR-2 preparou um catálogo simples, com uma  
72 pequena edição, com este objetivo. Assim, cada Conselheiro receberá um exemplar.  
73 Ressaltou que todas as observações e comentários são bem-vindos. **12)** O Professor  
74 Marcelo Álvaro da Silva Macedo informou que no ano passado muito se falou em cortes  
75 do CNPq e da CAPES. Entretanto, destacou que diversos pesquisadores tiveram  
76 liberados valores relacionados ao Edital Universal 2014. Acrescentou ainda que o  
77 resultado da concessão de bolsas de produtividade foi divulgado sem nenhum corte das  
78 bolsas aprovadas pelos comitês de assessoramento. A Professora Leila acrescentou que

79 190 pesquisadores da UFRJ foram agraciados com as referidas bolsas. Passou-se à  
80 **Ordem do Dia**. Primeiro item: *Financiamento da Pesquisa FAPERJ*. A Professora Leila  
81 sublinhou que, dado ao conjunto de eventos que afetaram o financiamento da pesquisa  
82 no Estado do Rio de Janeiro, sobretudo dos últimos dias de 2016, considerava  
83 pertinente a discussão sobre o tema neste Conselho, visando tirar alguma posição a  
84 respeito. De acordo com a Presidente do CEPG, nesse período, manteve conversas com  
85 colegas do Centro de Ciências da Saúde, que estão acompanhando mais de perto a  
86 questão e, inclusive, organizaram um grupo de trabalho com atenção específica à  
87 FAPERJ. Ressaltou que foi produzido um documento que registra a real situação da  
88 FAPERJ, que foi encaminhado pelo Conselheiro Ricardo Augusto de Melo Reis.  
89 Acrescentou que a questão foi levada ao CONSUNI, que tratou do tema, de forma geral.  
90 Acentuou que o CEPG, por se tratar de um Conselho de Pós-Graduação, deve realizar  
91 um debate mais específico da questão. Informou que nos dias 28 e 30 de dezembro do  
92 ano passado, uma portaria e uma emenda foram produzidas. Avalia que se tratam de  
93 documentos bastante preocupantes, pois dialogam diretamente com a restrição  
94 orçamentária para a educação, ciência e tecnologia. Explicou que a portaria  
95 interministerial n.º 424, de 30 de dezembro estabelece que as instituições não  
96 podem estar inadimplentes para receber repasses da união. Esclareceu que, de acordo  
97 com a referida portaria, a FAPERJ não atenderia as condições necessárias para receber  
98 os repasses da união. Esse dado, associado ao decreto do Estado do Rio de Janeiro, do  
99 dia 28 de dezembro, que diz respeito ao corte da ordem de 30% do repasse para a  
100 FAPERJ, agrava a situação. A Professora Leila divulgou a moção que foi apresentada e  
101 aprovada no CONSUNI na reunião do dia 9 de fevereiro corrente, e apontou para a  
102 possibilidade deste Conselho se posicionar a respeito. Também apresentou a proposta  
103 de indicação de dois Conselheiros para compor uma comissão que, juntamente  
104 Professor Adalberto Vieyra do CCS, produziam um manifesto em prol de uma frente  
105 institucional em defesa da FAPERJ, seguindo o que foi apresentado no CONSUNI. A  
106 Presidente passou a palavra para o Professor Ricardo Augusto de Melo Reis, conselheiro  
107 do CCS, que informou que trouxe duas cartas que foram elaboradas pelos diretores de  
108 unidades acadêmicas e coordenadores de programas de pós-graduação, liderados pelos  
109 docentes Russolina Benedeta Zingali, do Instituto de Bioquímica Médica e Adalberto  
110 Ramon Vieyra, do Instituto de Biofísica. De acordo com o Professor Ricardo, os  
111 docentes tiveram algumas reuniões em janeiro e mandaram uma carta, datada de 27  
112 de janeiro, para os deputados Luiz Paulo Corrêa da Rocha e Plínio Bittencourt, alertando  
113 para o fato da FAPERJ, hoje, estar inadimplente e de tal fato impedir a transferência de  
114 recursos federais. Destacou que a FAPERJ nos últimos 15 anos manteve a pesquisa no  
115 Estado do Rio de Janeiro. Também apontou a situação em que se encontra a UERJ, que  
116 já adiou o início do ano letivo por cinco vezes. Acrescentou que a outra carta foi  
117 endereçada ao Professor Jacó Palis, Presidente do Conselho Superior da FAPERJ,  
118 alertando para a necessidade de resolver tal situação o mais rápido possível. A  
119 Professora Leila informou que o Fórum de Pró-Reitores do Rio de Janeiro se reuniu com  
120 o Professor Jerson Lima da Silva, diretor científico da FAPERJ, e sua equipe para debater  
121 a situação geral da FAPERJ. Explicou que está sendo marcada uma reunião com o

122 presidente da Comissão de Educação da ALERJ e com o presidente da Comissão de  
123 Ciência e Tecnologia. A Professora Leila submeteu ao CEPG a indicação dos dois nomes  
124 para compor a comissão que irá produzir um manifesto. Foi colocada em votação  
125 indicação dos nomes dos Conselheiros Hebe Gonçalves Signorini e José Luis Lopes da  
126 Silveira, que foram aprovados com uma abstenção. A Professora Leila submeteu a  
127 aprovação da reafirmação da moção que foi apresentada ao CONSUNI na reunião do  
128 dia 09 de fevereiro, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida a Presidente passou  
129 informações relacionadas ao calendário de auxílios e bolsas que está sendo produzido  
130 no momento pela FAPERJ. De acordo com a Professora Leila, o Professor Jerson Lima  
131 apresentou uma proposição em relação ao Programa Bolsa Nota 10. Ainda de acordo  
132 com a Professora Leila, existe a possibilidade de que o referido Programa na edição  
133 deste ano tenha um pequeno ajuste, pois a ideia é que haja um complemento da  
134 FAPERJ de uma bolsa da demanda social ou do CNPq. A Professora Leila explicou que o  
135 edital ainda não foi aprovado, pois está sendo alvo de estudos. Antes de passar ao  
136 próximo item da pauta a Presidente passou a palavra para a Professora Andreia Frazão,  
137 para que fizesse uma introdução ao tema. A Professora Andreia explicou que assim que  
138 a Professora Leila assumiu a PR-2 saiu uma resolução do CNE, datada de 21 de junho  
139 de 2016, que trata de novos procedimentos para reconhecimento de diplomas. Assim, o  
140 tema do reconhecimento de diplomas de Pós-graduação foi tratado no plenário deste  
141 Conselho e foi alvo de reflexão pela CLN. Esclareceu que no dia 13 de dezembro de  
142 2016 foi emitida uma portaria do MEC que complementa a resolução do CNE e explica  
143 que as instituições de ensino superior que estão habilitadas para fazer reconhecimentos  
144 de diplomas teriam 90 dias para se adequar às novas normas. De acordo com a  
145 Professora Andreia, os 90 dias terminarão em meados de março. Acrescentou que logo  
146 que foi publicada a resolução do CNE foi feito um primeiro estudo pelo corpo técnico da  
147 PR2. Este estudo foi retomado com a criação do Núcleo de Apoio às Políticas de Pós-  
148 Graduação (Naps) da PR-2. Explicou que o eixo principal dos estudos foi identificar as  
149 diferenças que são apresentadas nessas novas normativas em relação ao que é  
150 praticado na UFRJ, no momento. Salientou que Portaria Normativa nº 22 de 13 de  
151 dezembro de 2016, no seu artigo 4, institui que as instituições revalidadoras e  
152 reconhecedoras divulgarão as normas internas em até 90 dias contados de sua  
153 publicação. As servidoras Bruna Marques dos Santos e Liliane Lopes Brandão Trocate,  
154 que compõem o Naps, fizeram uma apresentação das principais alterações  
155 estabelecidas pelas normativas em comparação com as resoluções do CEPG sobre o  
156 tema, na qual foram sublinhadas as seguintes aspectos: o termo reconhecimento é  
157 aplicado aos diplomas de Pós-graduação, enquanto revalidação, para os de graduação;  
158 haverá duas modalidades de reconhecimento de diplomas, normal e simplificada; o  
159 prazo para análise do processo na tramitação normal é de até cento e oitenta dias, e na  
160 simplificada, 90; não poderá existir calendário para recebimento de pedidos de  
161 reconhecimento, pois a abertura do processo será em fluxo contínuo; a análise dos  
162 processos é mais focada no curso e na instituição, não no trabalho final; que o MEC  
163 disponibilizará uma Portal, Carolina Bori, para dar visibilidade aos processos de  
164 reconhecimento; foi ampliada a lista de documentos que deverão compor os processos,

165 incluindo ata de defesa, nome do orientador e membros da banca e seus respectivos  
166 currículos, descrição resumida das atividades de pesquisa e estágios realizados, cópia  
167 impressa dos trabalhos científicos decorrentes do trabalho final; não será exigida a  
168 tradução de documentos se redigidos nas línguas francas utilizadas no ambiente de  
169 trabalho da pesquisa institucional, o inglês, o francês e o espanhol. A Professora Leila  
170 lembrou que é preciso ficar atentos à rotina do CFCH, Centro que tem um calendário  
171 específico. O Professor Marcelo Álvaro da Silva Macedo destacou que o que considera  
172 mais importante destas novas normativas é questão dos prazos, tendo em vista que  
173 hoje nenhum processo consegue cumprir os prazos determinados por estas normas.  
174 Acrescentou que se não houver mudanças na condução dos processos, não acredita  
175 que haverá cumprimento dos prazos. Apontou, ainda, outro problema: o fluxo contínuo,  
176 tendo em vista os períodos de recesso. O Professor Marcelo também mostrou  
177 preocupação em relação aos documentos exigidos, pois se para quem obtiver o título a  
178 partir de agora, sabendo quais são os documentos necessários, será possível reuni-los,  
179 alguém defendeu há 30 anos terá dificuldades de acessar os documentos e isto,  
180 certamente, será um impedimento. O Professor Gregório Malajovich Munoz questionou  
181 se uma pessoa que fez doutorado na República Popular da China precisará traduzir e  
182 custear os documentos para dar entrada no processo. A Professora Leila esclareceu que  
183 tal procedimento já é adotado. O Professor José Luis Lopes da Silveira destacou que por  
184 ser uma regulamentação externa o que se pode fazer é um protesto, porém não se  
185 pode alterá-la e nem desrespeitá-la. A Professora Leila demonstrou preocupação em  
186 relação as dificuldades para recebimento e análise dos processos, no dia-a-dia, face às  
187 novas exigências. Ressaltou que a PR2 fez uma proposta de minuta de resolução que  
188 será apresentada à Câmara de Legislação e Normas para que possa avaliar e  
189 complementar. Com relação ao questionamento do Professor José Luis, a Professora  
190 Leila afirmou que é preciso um pouco mais de tempo para nos adaptarmos às normas e  
191 que, à medida que as questões aparecerem, serão feitos ajustes. A Professora Andreia  
192 Frazão acrescentou que, em sua avaliação, a exigência de tantos documentos,  
193 sobretudo na tramitação normal, se dá tendo em vista que o MEC irá construir uma lista  
194 de instituições que serão consideradas aptas para embasar a tramitação simplificada. A  
195 Professora Andreia esclareceu que não se trata de uma lista perpétua e que a mesma  
196 irá mudar periodicamente. Ressaltou que a referida normativa tem relação com a  
197 discussão, feita no CNE, sobre um duplo problema. Por um lado, os alunos que foram  
198 financiados pelas agências de fomento nacionais para realizar o doutorado pleno no  
199 exterior, ao retornarem ao país precisam submeter-se a processos complicados e  
200 demorados nas instituições para obter o reconhecimento do diploma. Por outro, existem  
201 diversos cursos de pós-graduação feitos durante as férias ou a distância, com qualidade  
202 questionável. Por isso buscou-se um meio termo, a fim de não dificultar para quem foi  
203 financiado pelo governo brasileiro para fazer doutorado em instituições previamente  
204 reconhecidas pela própria CAPES, mas exigir um olhar mais cuidadoso em relação a um  
205 enorme conjunto de cursos, que formam dezenas de alunos em prazos curtos. A  
206 Professora Eliane Guedes ressaltou que a nova regra acabará beneficiando as pessoas  
207 que escreveram dissertações e teses em inglês, francês e espanhol, pois não precisarão

208 apresentar tudo traduzido. Com relação às questões práticas, a Professora Eliane  
209 acredita que com as novas normas os processos virão mais completos, pois hoje 40%  
210 dos processos chegam com documentação incompleta, o que faz com que se tenha  
211 uma grande perda de tempo. Porém, demonstrou preocupação com a questão do  
212 prazo, 180 dias no trâmite normal, pois as comissões das unidades dependem da  
213 disponibilidade dos professores, o que poderá ser um complicador nas áreas em que a  
214 demanda de processos de revalidação é muito grande. A Presidente agradeceu  
215 especialmente ao grupo realizador do trabalho. Acrescentou que a assessora da CLN,  
216 Kátia Ribeiro Bonfim, irá acompanhar o trabalho câmara na elaboração da resolução a  
217 partir da minuta proposta. Informou que na próxima semana estará em um evento fora  
218 do país e que a Professora Andreia Frazão estará de férias. Finalizou salientando que a  
219 próxima sessão acontecerá sob a presidência do Professor Marcelo Macedo, Presidente  
220 da CLN, no prédio CE-GN, no Parque Tecnológico, e que será acompanhada pela  
221 Superintendente Administrativa da PR-2, Marília Moraes Lopes. Como não houve relato  
222 de processos, a Professora Leila Rodrigues da Silva deu por encerrada a sessão às onze  
223 horas e cinquenta minutos. Para constar, eu, Denilson Santos de Jesus, Secretário do  
224 CEPG, lavrei a ata que, após aprovação, será assinada pela Presidente da sessão,  
225 Professora Leila Rodrigues da Silva, e por mim.

226 Denilson Santos de Jesus

Professora Leila Rodrigues da Silva

227 Secretário

Presidente do CEPG